



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2022

Ata n.º 11

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dezasseis de setembro e aditamento de vinte de setembro, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila Nova;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação das atas de 27-06-2022 e 27-07-2022;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2022/2023; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea q) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, referente à proposta de desafetação de áreas do domínio público para o domínio privado, referente ao processo de loteamento n.º: LOT710/1978;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no art.º 58º, Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, da proposta de alteração de representantes do Conselho Municipal de Educação; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea g) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente ao Regulamento das Bolsas de estudo do Ensino Superior do Município de Albufeira; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, referente à Aquisição de Serviços de Certificação Legal de Contas do Município, com o preço base de 19.000,00€ + IVA; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração da quota anual da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação; -----



PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2023 em 0%; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de lançamento de Derrama para o ano 2023 em 0% para todos os sujeitos passivos; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2022 em 0.3% para os prédios urbanos -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de Participação Variável no IRS para o ano 2023 de 0%;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Empreitada de ampliação da rede de abastecimento de água no concelho de Albufeira, com o preço base de 177.000,00€ + IVA";-----

PONTO CATORZE: Tomada de conhecimento dos apoios concedidos à Junta de Freguesia de Paderne e à Junta de Freguesia da Guia;-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação da Proposta para "constituição de uma comissão concelhia para as comemorações dos 50 anos do 25 de abril de 1974", apresentada pela bancada do PS -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Carlos Emanuel Rafael Vieira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento, de Paderne - João Ruaça e o Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras - José Estevão. -----

Faltas: Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, José Ataíde Estevão.-----



Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

Presidente da Assembleia: “Antes de avançar com a intervenção do público, eu gostaria de fazer uma intervenção sobre as circunstâncias em que os trabalhos da Assembleia Municipal se têm desenrolado. Gostaria de dar uma indicação sobre as regras de atuação do Presidente e da própria Assembleia Municipal. Caros deputados, o desempenho que temos tido nas sessões desta Assembleia e em particular, na última sessão, não é de perto, nem de longe, aquele para o qual os albufeirenses nos elegeram. Temos que honrar este mandato, exercer as nossas funções com dignidade e provar aos albufeirenses que fomos e somos dignos dos seus votos. Diz o artigo quadragésimo sétimo do Regimento, na sua alínea c), que se deve respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros, observar a ordem e disciplina fixadas no Regimento e acatar autoridade do Presidente da Mesa da Assembleia Geral. São obrigações dos deputados comparecer e permanecer nas assembleias até ao fim, exceto em casos de força maior, tratar com urbanidade os membros da Assembleia Municipal. Estamos aqui para exercer o mandato para o qual fomos eleitos e desempenhar as nossas funções que consistem essencialmente em fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, do executivo e demais instituições autárquicas. Não é tolerável nem sequer admissível que deputados da Assembleia Municipal gritem com outros à entrada de sala de reuniões, sejam qual forem as razões. Os assuntos exteriores à Assembleia devem ser tratados fora da Assembleia, nas redes sociais, ou nas instituições próprias, nomeadamente junto das autoridades competentes. Todas as questões relativas aos assuntos do município, esses sim, têm e devem ser tratados nesta Assembleia, lamento que após uma votação democrática, a atitude de abandonar a Assembleia Municipal se torna um ato pouco digno. Segundo o Regimento, é o Presidente quem dá a palavra aos deputados e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, e em casos que o justifiquem, o Presidente da Assembleia, pode pedir para o deputado terminar a sua intervenção e, se for necessário diligenciar para que essa intervenção termine, incluindo situações que



extravasem os pontos em discussão. Os senhores vereadores, como já havia referido, só poderão usar da palavra a pedido do Senhor Presidente da Câmara Municipal e no estrito âmbito do assunto em discussão. Estas, para além de muitas outras, são regras que se encontram no Regimento e que os senhores deputados têm obrigação de seguir, pelo que, a partir de hoje, seremos rigorosos na aplicação destas mesmas regras. Por outro lado, quero também deixar aqui uma informação relativamente a uma reunião de conferência de líderes, em que entendemos que a forma como o Regimento estava redigido não era a melhor e, por isso, entendemos avançar com uma alteração ao Regimento. Acontece que por proposta dos senhores deputados, seria para implementar de imediato, essa alteração nesta mesma Assembleia, porém, tendo em consideração o que diz o Regimento da Assembleia Municipal no seu artigo cinquagésimo sétimo: "as alterações ao Regimento só podem entrar em vigor no primeiro dia, após a sua publicação", e por isso mesmo, desde já informo que irei convocar uma nova reunião, uma nova Assembleia Municipal para o próximo dia dezassete de outubro para debater-mos este e outros temas que venham a considerar-se, ou seja, para deliberar sobre a alteração do Regimento, permitindo a alteração de algumas regras, entre as quais a de que a duração de trinta minutos de antes da ordem do dia é muito pouco para o número de pessoas que pretendem intervir, propondo-se o alargamento desse período para sessenta minutos. Naturalmente que depois, esses minutos serão divididos pelas várias forças políticas, indicando desde já aquilo que foi acordado pelos líderes de bancada: catorze minutos para o Partido Socialista, doze minutos para o ser peço desculpa, PSD/CDS dez minutos para o Mipa, Albufeira Prometida oito minutos e para o Chega cinco minutos, portanto. Os deputados que não puderem intervir podem colocar as questões à mesa da Assembleia que serão remetidas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que responderá por escrito. Estas são essencialmente as propostas de alteração, que depois chegarão aos senhores deputados por via de proposta para ser aprovado na próxima Assembleia Municipal. ----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Ruben Nicolau: "Agradeço ao Senhor Presidente, irei tentar cumprir os cinco minutos. A minha intervenção será rápida. Desde já, boa noite à mesa, ao Senhor Presidente e a todos os presentes e os que nos assistem lá em casa, como eu disse a minha intervenção é rápida. Duas questões simples; três semanas após o anúncio da construção do novo centro de Saúde de Loulé, creio que seja pertinente esclarecer o



que será então feito nesta altura com centro de Saúde de albufeira, será requalificado, as infraestruturas que já existem, vai ser expandido, vai ser construído um novo local, acho que é o momento oportuno para esclarecer essa questão aos albufeirenses. A segunda questão, prende-se com os contentores onde funciona, neste momento, a unidade de saúde familiar do mesmo centro de Saúde, se estes são alugados e se sim, quanto é que a autarquia despende anualmente para pagar o valor do mesmo? Boa noite. Muito obrigado.”-----

Nuno Santos: “Boa noite a todos os senhores presentes, o meu nome é Nuno Santos, eu vivo no Cerro de Ouro precisamente por trás do depósito da água e venho falar de um pormenor crónico, para mim tornou-se crónico nos últimos anos, os contentores existentes para depositar lixo doméstico, está constantemente a ser depositado com lixo industrial lixo com dimensões imensas, com dimensões tremendas. Eu vinha com o intuito de mostrar fotos, com o intuito de mostrar uma solução para o caso. Portanto, na minha opinião, derivado ao sítio em que é depositado o lixo com estas dimensões e porque os contentores estão isolados, a dimensão com que o lixo é depositado, quem vai lá depositar, não demora nem cinco nem dez ou quinze minutos. Eu tenho aqui uma série de fotos que fui recolhendo na altura, e na minha sugestão era remover os contentores, estão naquela zona e passá-los tão simples, passá-los para junto à estrada. Não creio que vá alterar nada no que diz respeito, digamos, ao depósito de lixo ali naquele local, portanto, se fosse possível eu deixava mais informação e fotos na mesa de Assembleia. Muito obrigado.”-----

Presidente da Assembleia: “As informações serão entregues ao senhor Presidente da Câmara que depois responderá e eu agora passaria a palavra ao Senhor Miguel Coelho. O senhor Miguel Coelho enviou-nos uma série de documentação mas não estando presente, eu irei ler a documentação que nos remeteu, alegando desde logo que, por motivos de sobreposição de agenda não pode estar presente, pedindo a leitura dos seguintes assuntos: assunto da Ribeira de Quarteira, Castelo de Paderne, oportunamente solicitei na plataforma Smart City para que fosse reparado o açude da Ribeira de Quarteira, Castelo de Paderne, cuja intervenção ocorreu na semana passada. Número dois, ruído, no deck da Algarve Experience, Marina de Albufeira, tenho presente o conteúdo de três ofícios da Câmara Municipal de Albufeira, anexos um, dois, e três, todos os ofícios se reportam ao mesmo artigo vinte e um do Regulamento Geral do Ruído na última Assembleia geral da Câmara Municipal de



Albufeira de vinte sete de julho de dois mil e vinte e dois, em que eu elogiei publicamente o empenho do senhor vice-presidente e do Senhor Presidente da Câmara Municipal, pelo empenho de ambos na resolução do ruído na Marina de Albufeira. Veio ao meu conhecimento um e-mail da senhora engenheira Rosana André, com data de dezasseis de agosto de dois mil e vinte e dois, que anexo e que desautoriza os três ofícios da Câmara Municipal de Albufeira, originando que Algarve Experience faça agora barulho à farta, sem qualquer limite de som, sem qualquer controlo e sem que seja exercida a devida fiscalização, contradizendo os seus superiores hierárquicos, e criando confusão e promoção do turismo de bebedeira com a incomodidade para os residentes. Terceiro e último ponto, última Assembleia Municipal de vinte sete de julho de dois mil e vinte e dois, ordem do Dia, manifesto o meu desagrado pela forma como decorreu a última Assembleia Municipal na casa da democracia indignação pela postura assumida por alguns deputados que, em nome dos que os elegeram, usaram e abusaram do microfone."-----

Intervenção via email da munícipe Ricardina Matos (Doc. n.º 1 anexo a esta ata)-----

Intervenção via email do munícipe Tomás Cavaco (Doc. n.º 2 anexo a esta ata)-----

Presidente da Câmara: "Boa noite, Senhor Presidente, boa noite a todos estão aqui na sala e estão em casa, vou tentar responder de uma forma clara, às pessoas que apresentaram as questões, que desde já agradeço essa possibilidade, há sempre questões que fogem um bocado ao conhecimento e é ótimo que alguém apresente essas questões. O Rúben falou do centro de saúde, neste caso o de Albufeira, o centro de saúde de Albufeira, depois de várias possibilidades apresentadas, a ARS que é que tem que superintender, digamos assim, a parte funcional, portanto, a parte da saúde. Chegou-se à conclusão que melhor seria ampliar aquele no sítio onde está, evidentemente que os contentores ou os pré-fabricados estão lá no local, irão se todos tirados na altura, o objetivo será ficar um espaço mais aberto e com mais estacionamento para os utentes e para os funcionários. Quanto aos valores, nem todos são alugados pela câmara, não tenho aqui valores, mas depois posso mandar por email, mas nem todos são de município. O senhor Nuno Santos falou no Cerro do Ouro, no Ecocentro que lá está, portanto, o Ecocentro foi colocado no sítio onde, na altura, se viu a possibilidade de haver um Ecocentro que não existia na zona de Paderne que veio possibilitar que as pessoas possam depositar mais quantidade de, nomeadamente, verdes, monstros enfim, por aí fora, no entanto, evidentemente, pelo aspeto das



fotografias que já tive a ver, evidentemente que as fotografias não são agradáveis, nem serão agradáveis no sítio onde estão nem são agradáveis, no local onde sugeri junto à estrada ai se calhar são menos agradáveis. No entanto, tendo em conta que o novo contrato da limpeza urbana estar quase, e digo quase, falta apenas o visto, este apenas também não é bem apenas, falta o visto do Tribunal de Contas e quando o visto do Tribunal de Contas for proferido ou quando o contrato for visado, obviamente, tudo isto, todos estes equipamentos vão mudar e vão ser de uma forma completamente diferente, pelo contrato que entra em vigor a partir desse momento e a partir dessa altura. relativamente ao senhor Miguel Coelho, agradeço as referências que faz a alguns aspetos, nomeadamente ao ruído naquela altura, agora queixa-se novamente do ruído do Deck do Algarve Experience, penso eu que são as pessoas, são as chamadas para os barcos que vão depois partir para fazer as suas excursões marítimas. No entanto, irei passar esta informação, o senhor Vice-Presidente do ruído, bem como os serviços desta área de ruído. A Dona Ricardina de Matos, penso que já é a segunda ou terceira vez que apresenta estes problemas, já foi respondido a estas mesmas questões, penso eu, já não é a primeira vez e que com certeza hei-de ir verificar o que é que se passa lá na biblioteca com estes dois aspetos, nomeadamente a ocupação do espaço exterior, talvez se encontre uma solução e a comida, quer dizer aquilo não é nenhum sítio também para ter um refeitório, porque acaso foi idealizada sem refeitório, portanto, não tem refeitório, mas pronto, enfim, vamos ver se encontramos alguma solução para o efeito, portanto, até pode vir a acontecer que sim, ou que não, vamos analisar a situação. O senhor Tomás Cavaco manda mail pelas questões das rotas do Giro, vão iniciar-se todas elas, penso que no dia um de dezembro e depois relativamente à questão da freguesia de Paderne, não foi incluída neste contrato, terá que ser uma forma de transporte diferente deste contrato de transporte urbano. Para que se possam também ficar, mais ou menos em pé de igualdade relativamente à questão dos autocarros e elétricos, neste momento, eles não são todos elétricos, irão ser. Portanto, porque os autocarros elétricos têm a ver com a empresa, tem que encomendá-los, têm que ser caracterizados, e neste momento há cinco em experiência. Até ao dia cinco de dezembro e do dia cinco de dezembro, não sei se está prevista entrada de mais algum ou alguma entrega, mas provavelmente são um processo muito moroso, de mais a mais com a crise que estamos a passar e há poucos materiais e poucos equipamentos em stock. Mas já estão encomendados e vão ser vinte e três



autocarros, todos cem por cento elétricos. Isso é uma verdade, vão ser, neste momento não são, mas o caminho é mesmo esse, é o que está escrito, é o que está no contrato, e durante o ano que vem, a qualquer altura, espera-se o mais cedo possível, iremos ter em pleno este autocarros todos, desde a Guia até à Rocha Baixinha, com os autocarros cem por cento elétricos, é uma verdade. Pronto, era isto, acho que respondi, está tudo respondido penso eu. Muito obrigado."-----

Nuno Santos: "Qual foi a data que entra em vigor do novo sistema de recolha? Portanto, referiu que iria entrar no sistema da limpeza urbana."-----

Presidente da Câmara: "Não, há duas coisas distintas, há o Giro e há a limpeza urbana. Enquanto o Giro já foi visado pelo Tribunal de Contas, já está a concessão, já está no fundo, já estão a fazer investimento, a empresa já tem cinco autocarros cem por cento elétrico, como já disse agora a questão da limpeza urbana, ainda está no Tribunal de Contas para ser visado o contrato. Demora sempre algum tempo. porque este contrato prevê também a aquisição de tudo novo, praticamente tudo novo, contentores todos, desde os Ecocentros até aos contentores normais de recolha urbana e pelo meio da cidade e nas aldeias, e bem como todas as viaturas também tudo novo. Portanto, é sempre um problema neste momento, nesta fase, com as entregas dos equipamentos, vai demorar mesmo depois do visto, o visto não faltará muito tempo, pelas contas, são trinta dias úteis que o Tribunal de Contas tem para responder, mas cada vez que se faz alguma questão para depois ter que responder, pára o tempo, portanto e daí, por isso, os trinta dias úteis não são andados assim muito depressa, às vezes demora três meses, mas pronto é o que temos."-----

Nuno Santos: "Já agora, portanto, eu falei de um pormenor em relação aos contentores, no sítio em que eles estão neste momento, e portanto, não mencionou que, é um problema sim, um problema que existe, e por frequentar e correr todo local, toda a freguesia de Paderne, não estou a dizer que não aconteça em zonas mais expostas, mas o que eu reparo é que aquela zona específica, eu sou da freguesia e corro a freguesia, é um sítio crónico para o fazer. Eu acredito que, uma simples intervenção, que é pegar nos dois contentores pode vir a ajudar, pô-los mais abaixo, pode vir a fazer a diferença. Obrigado."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

José Vila Nova: “Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, boa noite, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, e quem nos está a ver lá em casa. Começo por dar os parabéns pela conclusão da requalificação da escadaria do Peneco, que nunca tinha sido intervencionada desta forma e que fez com que tivéssemos uma maior qualidade de acesso à praia do Peneco, reduziu ali as questões de segurança de quem utiliza diariamente aquela escadaria e como alguém me dizia, também temos ali mais um postal da nossa cidade que ficou realmente muito bonito, e os parabéns para quem esteve envolvido neste projeto. No início deste mês, tivemos de volta as festas do pescador, parabéns também pela excelente organização. Eu tive oportunidade também de participar e de falar com pessoas que já não via, algumas já há muitos anos e passados estes dois, três anos, desde a última realização, aquela, e vê-se que é uma festa de Albufeira, dos albufeirenses e não só, para quem nos visita também, e os comentários das pessoas com quem falei não podiam ser melhores, também parabéns pela organização. As forças de segurança também, e claro que todas as associações que estiveram envolvidas que fizeram acontecer esta festa que é típica da nossa cidade. Há pouco falava-se do giro, também acho que, isso também já tinha sido falado aqui pelo Senhor Presidente noutras Assembleias, e cá está, é uma realidade, o aumento das linhas, também hoje já vi aquilo que foi anunciado na quinta-feira passada, um dos cinco novos autocarros cem por cento elétricos, portanto, isto é um processo que é moroso, como o Senhor Presidente há pouco referiu e que, portanto, daqui a um ano, em princípio, a frota estará ou pelo menos, estará toda renovada. Também voltando há quinze dias atrás, também tive a oportunidade de participar num evento que se chamam “Never-ending Summer” na Marina, que também foi um sucesso com formato diferente daquilo que se assistiu no caça e pesca e na festa dos pescadores, mas também com muitas pessoas que nos visitaram de propósito para participar naquele evento, e para já, era só.”-----

Raúl Ferreira: “Muito boa noite a todos. Vou ser poupado nos cumprimentos, considerem-se todos cumprimentados. Faz hoje um ano que houve eleições e acho que é o momento também de fazer uma reflexão daquilo que dissemos durante as eleições, o que prometemos e o que efetivamente fizemos, entre eles, tenho aqui algumas questões ao Senhor Presidente, José Carlos Rolo. Relativamente às cem medidas que anunciou durante a campanha, gostava de saber as que estão em curso, as que já estão



realizadas e, claro, não vou questioná-lo sobre aquelas que não fez, como é óbvio e por exclusão de partes, chegamos lá. Um outro problema que me preocupa a mim e à minha bancada tem a ver com o PDM. Volvido um ano e já ouvimos falar aqui, iria existir uma reunião com a Assembleia Municipal para dar conhecimento acerca deste instrumento tão importante para o município, um instrumento que tem a ver com organização do espaço, tem a ver com a questão dos arrendamentos, tem a ver com a questão da especulação dos terrenos, enfim, que envolve uma série de questões colaterais, ao próprio PDM e que, neste momento, o vazio continua cada vez mais vazio, não sabemos nada, o que se passa, quais são as linhas que vão moldar o novo PDM, o que é que se pretende fazer com ele, ao fim ao cabo podemos dizer que temos uma mão cheia de nada. Outra questão que eu gostava aqui de levantar e que já há um ano atrás levantei, penso que foi na segunda Assembleia, tem a ver com a questão do departamento urbanístico das obras, de obras, os projetos continuam a demorar a ser analisados, as comunicações prévias, tenho conhecimento de algumas com um ano e meio de apreciação, tanto que, é um tempo que eu penso que é excessivo, não permitem aos investidores, às pessoas que estão à espera de fazer a sua casa, de terem alguma esperança de ver resolvidos os seus problemas. Eu penso que os problemas relativamente a esta questão estão identificados pelo Senhor Presidente, a minha questão é a seguinte: porque é que nada é feito? Porque é que tudo continua na mesma? Outra questão também que me foi levantado hoje e que me causou algum espanto, foi no cemitério antigo, a colocação de umas placas com cerca de um metro, metro e vinte, em azul com letras bem brancas no jazigo a dizer: abandonado. A minha questão é a seguinte, foi a Câmara Municipal que colocou estas faixas? Se o fez, com que intuito, e ao abrigo de que lei é que tal foi feito? Outras questões que gostava de colocar ao Senhor Presidente, tem a ver, por exemplo, com a rua da Oura, o que é que tem em mente para fazer? O que pretende fazer no futuro relativamente à questão de uma zona tão sensível que se tem mostrado, eu diria um ponto negativo na imagem da nossa cidade. O que é que pensa fazer relativamente a essa questão, uma vez que fez parte da vossa campanha eleitoral, uma intervenção nessa zona. Outra questão também gostava de saber, que tem a ver com o centro de exposição e férias que estava projetado e que estava pensado, em que ponto é que nos encontramos? Penso que já tenho aqui bastante matéria. Agradecia uma resposta de seu presidente, estas



questões que são minhas e penso que são também de muitos algo albufeirenses. Obrigado.”-----

Carla Madeira: “Boa noite a todos os presentes, boa noite ao público que nos assiste em casa, eu vou tentar ser breve, sei que sou aquela que sou sempre demorada, mas vou tentar ser breve. Eu queria deixar aqui esta nota, que a minha intervenção aqui hoje via zoom não foi, por incapacidade, foi mais um protesto contra o que se passou na última assembleia e que, para mim foi de uma extrema, gravidade. Eu estava ai, ouvi e vi um colega nosso, da bancada PS, ser ameaçado na sua integridade física, democrática e de liberdade de expressão, por elementos presentes nessa Assembleia. Eu penso que toda a gente percebeu que se passava algo de estranho e até hoje não consegui ainda perceber se houve alguma tomada de atitude desta assembleia, ou se foram apuradas algumas responsabilidades, e assim sendo, resolvi não estar aí. Uma forma de protestar pela falta de segurança que percebi que existe. Portanto, nesse sentido, relativamente aqui aos comentários, também que eu, tenho ouvido nestas últimas Assembleias, sobre a relevância dos assuntos que se traz a esta Assembleia. E eu devo dizer que, tudo o que diz respeito aqui aos municípios, aos munícipes e aos destinos deste concelho tem ou pelo menos, devia de ter para todos nós a maior relevância. Nós fomos eleitos para questionar e deliberar, e é isso que devemos fazer, de honrarmos o voto que nos foi dado, portanto, ainda que isto se traduza em três ou quatro horas de reunião, e ainda que isto transite para um outro dia, é importante que a gente se sente a discutir e a questionar sobre os assuntos do município. Agora, relativamente aos assuntos que eu queria perguntar ao Senhor Presidente, era sobre os fogos de Paderne, gostaria de saber se já foram todos, efetivamente todos, atribuídos e se as candidaturas que passaram agora a efetivas passaram todas pelo mesmo processo de avaliação e requisitos constantes no contrato. Queria também saber no seguimento deste assunto e uma vez que vamos ter, pelo menos, ou cerca de, mais de duzentos elementos novos na comunidade Padernense, eu gostaria de saber se o executivo já tem alguma estratégia de mobilidade urbana para fazer face a este acréscimo populacional, isto porque há duas sessões atrás, alertei para o facto de Paderne ficar isolada do concelho do resto do concelho e inclusive até dos concelhos limites, a partir das dezoito e trinta, e gostava de saber como é que se vai processar aqui a mobilidade destas pessoas. Pronto pelas minhas contas, são mais duzentas que vão a residir agora em Paderne. Por último, queria relembrar que mais um verão se



passou e a implementação do sistema de videovigilância na rua da Oura e na baixa de Albufeira continua pelo menos sem ter alguma visibilidade radical. E gostava de saber como é que está a situação. Muito obrigada e boa noite a todos."-----

Adriano Ferrão: "Ora, boa noite à Mesa da excelentíssima Assembleia. Senhor Presidente, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Secretário, Senhores Deputados, e o presente público e aqueles que lá estão em casa. Ora, eu hoje quero fazer aqui uma intervenção pela positiva, hoje com a ordem de trabalhos que temos, apraz-me e acho muitíssimo pertinente e de bom tom que a Câmara tenha proposto a esta Assembleia, as opções fiscais, que são da Câmara e que nos chegam em sede de IMI com zero vírgula três, o mínimo possível de aplicar à população deste concelho e os zero por cento de IRS, derrama e direitos de passagem, por isso, quatro vetores fiscais municipais que, estando eles nos mínimos dos mínimos possíveis, vêm de alguma maneira ser um calmante, um tranquilizante para muitos, dado que a inflação está galopante. Nós notamos esta inflação, há grandes dificuldades desta população, vê-se nos supermercados, quando as pessoas vão às compras e tem dificuldade encher os carrinhos de compras, também pela ineficácia governamental em combater esta mesma inflação e em ter medidas estruturais preventivas que, enfim, são sempre reativas e as taxas de juro galopantes que, vem estas, decorrem do FMI e enfim, vêm também recair sobre os créditos da habitação e sobre as dificuldades também de crédito pessoais que as pessoas vão contrair. De modo, estas medidas que a Câmara toma e que são propostas hoje aqui, são muitíssimo bem-vindas por todos os munícipes de Albufeira. Também quero congratular rapidamente as iniciativas sociais e de apoio ao turismo que animaram a cidade, respondendo às expectativas dos visitantes e atraindo procura ao município e ao seu comércio com um sublinhar também interessante que é a valorização dos artistas locais. Quero também valorizar, como já foi dito aqui, as iniciativas que vieram beneficiar os espaços urbanos, como a escadaria que já foi aqui falada, e também alguns miradouros da cidade, tornando-os património turístico de grande atratividade que se torna uma mais-valia também deste destino turístico. Enaltecer aqui também o papel da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água neste mesmo processo, pois todos nós conhecemos o novo miradouro, agora dos olhos de água. Falar também da ampliação tão esperada das linhas de serviço do Giro, servirá mais adequadamente os municípios. Já sabemos que vai chegar à Guia e à Rocha Baixinha, mais ainda, quando os autocarros são elétricos limpos e amigos do ambiente.



Diz que "Roma e Pavia não se fizeram num dia", o executivo, progressivamente vai governando o município, capacitando este dois recursos e equipamentos necessários de acordo com o programa político apresentado aos habitantes do concelho. Por isso, bem hajam, senhor Presidente, as praias estão limpas, o êxito de hotelaria foi assinalável, da restauração também Albufeira está bem de saúde e recomenda-se e muito obrigado a este executivo."-----

Cláudia Raimundo: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, colega de mesa, ao público e aos presentes que nos assistem através do canal da assembleia Youtube, uma boa noite. Foi levantada uma questão por um membro desta Assembleia, que entende colocar em causa a minha legitimidade neste fórum, apesar de ser contra tudo e qualquer tipo de provocação e pessoalmente também contra a responder às mesmas, muito menos neste local que merece todo o nosso respeito, depois de, confesso, ter refletido muito neste caso específico, penso que devo comentar por forma a esclarecer e vou fazê-lo muito rapidamente. O senhor Deputado pede o mesmo parecer há duas sessões de Assembleia seguidas, certamente que o senhor Deputado sabe que o Presidente desta Assembleia fará chegar o dito parecer por correio eletrónico a todos os membros que compõem esta Assembleia, logo que assim o receber. O senhor Deputado não precisa de andar todas as sessões a pedir o parecer, pois o processo não se torna mais rápido. Para melhor enquadramento, e vou citar de seguida a parte da intervenção do deputado no dia vinte sete de Junho, "Gostaria que o Senhor Presidente me esclarecesse quando o Senhor Vice-Presidente, DOUTOR, por extenso, Cristiano Cabrita traz por diversas vezes a este plenário propostas suas, se a sua mãe e a sua esposa ao estarem a votar estas propostas não estão a correr no mesmo conflito de interesses que foi invocado a nossa referida colega". Em relação à primeira instigação, só consigo dizer que acho lamentável, pois acho que o membro de uma Assembleia municipal tem uma responsabilidade acrescida, porque em parte é um dos representantes da atividade política e deve contribuir para a elevação do debate sério e respeitoso, não o contrário. Tendo em conta a taxa de abstenção ter sido superior a cinquenta por cento nas últimas eleições, é importante termos como prioridade a elevação deste debate, seria este o excelente contributo para contrariar estes números. Em relação à segunda provocação, respondo muito rapidamente o que não quer fazer os meus colegas nem aos cidadãos que nos assistem perderem tempo com



assuntos que nada acrescentam à cidade. O membro desta assembleia que levantou a questão sobre a minha legitimidade para deliberar determinados assuntos fê-lo sem qualquer motivo ou fundamentação legal, evocando para se justificar uma questão que aconteceu como a senhora deputada, uma questão que se encontra tipificada na lei e que em nada se assemelha ao assunto, colocou em causa facilmente qualquer pessoa assim o conclui. Jurista ou não com uma leitura atenta ao parecer da ANAM que o Senhor Presidente doutor Francisco Oliveira fez chegar a todos os senhores deputados, no dia vinte e oito do quatro de dois mil e vinte e dois. Quando o senhor deputado disse que o vice-presidente traz a esta Assembleia propostas suas, só posso dizer o senhor certamente saberá. A mãe, a esposa do vice-presidente, não votam propostas do mesmo, nem mesmo o senhor, nem qualquer membro desta Assembleia o faz, pois a Assembleia delibera sob proposta do órgão Câmara Municipal. Todos nós somos eleitos locais com legitimidade para exercer as funções que os cidadãos nos confiaram, tendo, obviamente, sempre presente o que a legislação dita acerca do regime dos impedimentos que se encontra tipificados na lei. Agora, a segunda parte da minha intervenção é que realmente importa. Gostaria dar os parabéns à Câmara municipal por terem dirigido um convite aos no Time to Waste para fazer a abertura do concerto dos Moonspell. Esta é uma banda de jovens albufeirenses com cerca de vinte anos de existência. Portanto, é importante valorizar o que é nosso, pois leva-nos uma política de proximidade, integração dos nossos artistas, espero que continuem estas apostas quando acontecer os grandes concertos. Também quero deixar aqui uma questão, a que alguns moradores da baixa de Albufeira colocam e me pediram para expor, tem a ver com a iluminação da rua da bateria e da rua do Cemitério velho. Já falei com o engenheiro Batalha, ele disse-me que estes candeeiros são da alçada da e-redes e, por isso, a câmara para não pode fazer alguma intervenção. Contudo, o problema continua, estas duas ruas estão às escuras, eu queria só que desse aqui umas palavras às pessoas que nos estão a ouvir online. Obrigada."-----

Carlos Mendes: "Ora boa noite, quero cumprimentar todos os presentes e os munícipes lá em casa. Há um acréscimo de tráfico, acentuado no concelho devido aos milhares de TVD a circular nas zonas de maior concentração de pessoas. Vem na expectativa de que cai um serviço e ficam parados junto das áreas comerciais e de serviços onde os lugares de estacionamento já não são muitos, assim dificulta-se a vida trabalhadores desses equipamentos, os quais possam não ter estacionamento. Sem se conseguir aferir



a realidade, porque ninguém sabe quantas viaturas existem afetas a esta atividade do IMT, licenciam os operadores, mas depois estes colocam quantidades de viaturas que querem. Segundo a comunicação social, estima-se que mais de oitenta por cento destas viaturas se deslocam para o Algarve na época alta, facilmente, podendo deduzir que, vinte por cento das viaturas são do nosso concelho, visto que a Lei quarenta e cinco barra dezoito, que regula esta atividade ficou transcrito que, o fim de dois anos seria revista, ou seja, em dois mil e vinte e um e estamos em dois mil e vinte e dois. Pedia excelentíssimo senhor presidente da mesa, como que como deputado da nação, que nos ajudasse, na medida do possível, a tentar resolver este transtorno que nos é causado aos municípios de Albufeira e os nossos visitantes, precisamos que intervenha. Muito obrigado. Agradecia que me como deputado da Nação, fizesse ver o nosso Governo, isto é um desgoverno. Tenho aqui outra, aproveito também, para alertar o município daquilo que eu tenho vindo a alertar, que é o regulamento das animações turísticas, que é para não estarmos a continuar a ver nas redes sociais, os nossos guardas, os nossos militares, andarem a fugir das pessoas com a mesma, não parar para as identificar por alguma coisa, e muito menos vermos nas redes sociais essas mesmas pessoas irem para um quartel fazer a figurinha que fizeram, isto só acontece, porque nós estamos à espera, repito, nós estamos à espera, os municípios, há seis anos do este regulamento e nada tem sido feito. Agradecia que o Senhor Presidente evita-se agente de ver essas figurinhas que se tem visto e no nosso município. Obrigado e o resto boa noite a todos.”-----

Mónica Felix: “Muito boa noite a todos. Senhor Presidente, enviei-lhe de um e-mail no passado dia, doze de Setembro, a solicitar um esclarecimento sobre quais são os critérios utilizados pelo município para a atribuição e utilização de espaços desportivos e horário distribuídos pelos diferentes clubes e associações pelos diversos pavilhões do Conselho. Até hoje não recebi nenhuma resposta. Agradeço que me esclareça. A seguinte intervenção é dirigida ao senhor presidente da Assembleia, e à luz dos acontecimentos que alegadamente aconteceram na última Assembleia e depois de ouvir as intervenções de alguns membros da Assembleia, são apenas o culminar de uma série de rumores sobre eventuais comportamentos inadequados por parte de elementos do Executivo e da Assembleia. O Albufeira prometida acha que é urgente uma tomada de posição. Os rumores, indicam potenciais comportamentos de intimidação sobre elementos eleitos talvez funcionários da autarquia e até munícipes. Consideramos que,



para bem de todas as partes envolvidas, é imperativo que se apurem e esclareço uns fatos de modo a que suspeitas se dissipem. Todos nós, quer membros do Executivo, quer membros da Assembleia Municipal, fizemos um juramento que nos obriga a cumprir e fazer cumprir as leis e os regulamentos no exercício da nossa atividade. Nós representamos um exemplo para a sociedade, nomeadamente a nível de postura, conduta e ética. O movimento cidadãos independentes de Albufeira Prometida, vem por este meio propor, nos termos do disposto no artigo quarenta e oito, alínea n) do Regimento da Assembleia colocar à consideração da Assembleia na pessoa do Senhor Presidente, a constituição de uma comissão de inquérito para apuramento dos factos comissão esta que, em nosso entender, deverá ser constituída por cidadãos da sociedade civil, referenciados por cada uma das forças políticas representadas nesta Assembleia, de forma a garantir a sua idoneidade e credibilidade. Obrigada."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: "Boa noite a todos, cumprimento aos colegas aqui presentes e o público na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, Doutor Francisco Oliveira e às pessoas lá em casa, com certeza, também se sentiram cumprimentadas. Vou dividir esta minha intervenção em duas partes distintas, uma a que se dirige ao Presidente da Câmara Municipal e outra ao Senhor Presidente da Assembleia. Presidente da Câmara Municipal tenho aqui algumas questões; o posto da GNR de olhos de água deixou de fazer atendimento há mais de um ano, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento desta situação. A GNR está no edifício em Olhos de Água, há sensivelmente seis anos e ocupa cinquenta por cento das instalações. A questão que coloco é a seguinte: justifica-se a cedência do espaço que serve apenas de cantina? Outra questão, a ribeira de Quarteira, que passa por na Ponte Beirão, para Sul tem pelo menos três, três açudes que, neste momento, estão inoperacionais, o açude do Moleiro, açude do Banco e um outro açude que não consegui identificar. Atendendo ao período de seca, penso que seria útil reconstruir estas barreiras de água. Outra pergunta e a terceira e última, na rua José Fontana, há um edifício, que tem o número de polícia, número doze que penso que este edifício terá estado ligada outrora à restauração. Apresenta as vidraças partidas e muito lixo no seu no seu terraço. A entrada está aberta, portanto, a entrada dá para a rua onde passa passam as pessoas para a nossa Oua e, portanto, eu creio que aquilo se trata de um espaço de perigo para a saúde pública. Depois darei o senhor presidente da Câmara Municipal, aqui uma planta de localização com estes assuntos. Presidente da



Assembleia Municipal, nas reuniões de Assembleia Municipal realizadas em Junho e Julho, foi apresentada uma dúvida pelo senhor deputado municipal Leonardo Passo, sobre a minha intervenção no processo de votação, quando são apresentadas propostas inerentes aos pelouros do Vice-Presidente, para que não restem dúvidas a presente à mesa, o parecer da CCDR sobre este assunto, conflito de interesses. Eu tenho aqui Senhor presidente, não sei se terei tempo para ler oito entregue o senhor esta esta a resposta da CCDR, diz o seguinte, eu exponho e a resposta que tem da CCDR é a seguinte: em reforço no sentido do parecer, a Presidente Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, não está, não está impedida de votar os assuntos que têm origem nos serviços sobre o pelouro do Vice-Presidente da Câmara, pelo facto de ser seu filho.”-----

Presidente da Assembleia: “Devo referir que esta é também e sempre foi a minha posição. Relativamente à questão colocada pela senhora deputada Mónica Félix, só para confirmar, trata-se do artigo quarenta e oito alínea K)?”-----

Luna Silva: “Boa noite, em nome do Senhor presidente da Câmara Municipal de Albufeira, no exercício das suas funções, Doutor José Carlos Rolo, sintam-se todos os presentes nesta sala e por via youtube devidamente cumprimentados e saudados. Nos passados meses, a Câmara Municipal organizou vários eventos, como foi o caso das Festas do Pescador e do Festival de Verão, Never Ending Summer, onde foram convidados vários artistas musicais. A primeira pergunta que o partido Chega coloca é saber qual foi a totalidade dos valores despendidos para a realização destas festividades. É um facto que os eventos trazem turismo e comércio à cidade, contudo, existem outros setores que se consideram prioritários e necessários à população da cidade. Falo da segurança, da saúde e da habitação, uma vez que os valores despendidos em ventos não podem, nem devem condicionar a suspensão de obras necessárias, também elas de elevado nível, elevado e importante no município marcadamente turístico. No passado dia vinte sete de julho de dois mil e vinte e dois, o senhor Presidente da Câmara deslocou-se a Lisboa, onde esteve reunido de novo com a secretária de Estado da Administração Interna, Doutora Isabel Onero, onde voltou a estar em cima da mesa o novo quartel da GNR dos olhos de água, O reforço dos agentes e o sistema de videovigilância em determinadas áreas de Albufeira. O partido Chega pretende saber qual é o ponto de situação do posto territorial da GNR de Olhos de Água, quando é que a mesma vai avançar e quando é que os nossos agentes da



autoridade vão ter as suas próprias instalações com as condições e as ferramentas necessárias para poderem trabalhar e deixarem de usar as instalações de uma junta de freguesia. Ainda quando é que será instalado o sistema de videovigilância e quais é que serão as áreas da cidade apontadas para a colocação das câmaras? Na matéria da saúde nas grandes opções do plano dois mil e vinte e dois de dois mil e vinte seis, uma das ações constantes no citado plano é a construção do novo Centro de Saúde de Albufeira, bem como a requalificação do existente Centro, mediante novas extensões de saúde. O partido Chega, pretende saber se estas duas obras e hão-de ser, de facto, executadas e qual a sua previsão. Por fim, e porque a habitação condigna é um direito fundamental a todos. Aprovou-se recentemente a lista definitiva do concurso para atribuição de quarenta fogos em regime de renda convencionada na freguesia de Paderne, tendo sido este um projeto que tentou trazer para a freguesia jovens e profissionais de várias áreas, como o turismo, educação, a saúde e a construção civil. Com tudo, a falta de habitação continua a ser uma enorme dificuldade neste concelho. Encontra-se previsto a construção de mais de setenta fogos em Fontainhas Ferreiras, dois blocos de vinte e oito apartamentos na rua Samora Barros e vinte seis fogos junto ao mercado municipal dos Caligos em Albufeira. Estes processos administrativos são complicados e morosos, dada a necessidade do visto prévio do Tribunal de Contas. Contudo, e porque se tratam de investimentos fulcrais e precisos para a nossa população, o partido Chega pretende saber se estas construções já tem algum projeto em vista ou se ainda não avançaram. Obrigado. "-----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, digníssimos municípios presentes e em casa. Dizer que aquilo que foi posição, senhor Presidente, naquilo que diz respeito à reunião que tivemos em comissão de líderes, foi efetivamente aquilo que lá se passou, como não podia deixar de ser e congratular-me por aquilo que é essa decisão e a posição de se alterar o Regimento nesse sentido, penso que todos nós teremos efetivamente a beneficiar com isso. Depois realçar também que hoje, há um ano atrás, todos estávamos na expectativa quem ganharia as eleições e, portanto, dar-vos também os parabéns por aquilo que é aquilo que eu considero um ato democrático, um dever cívico, mas também um ato de coragem estar nesta Assembleia, têm a sua responsabilidade e tem o seu quê de coragem e, portanto, dar-vos esta nota a todos. Passando de seguida aquilo que me traz a esta intervenção e dividi-la aqui em três pontos. O primeiro dos pontos pedir ao Senhor Presidente que agilize aquilo que é a primeira reunião da



proposta que aqui foi feita, no sentido de haver uma reunião com uma comissão de acompanhamento do PDM. Estou eu e estão também os outros membros desta assembleia que pertencem a essa comissão ansiosos por começar a trabalhar. O segundo ponto, diz respeito àquilo que é a iluminação pública no nosso concelho e pedia também ao Senhor Presidente que, sabendo eu que não é esta uma responsabilidade direta, a manutenção da iluminação pública no concelho, até porque já tive este pelouro em tempo, que fosse feita uma notificação à e-redes no sentido de que faça uma verificação geral da iluminação pública no concelho que, como a doutora Cláudia mencionou e muito bem, em determinadas zonas, principalmente na zona velha e algumas urbanizações específicas precisa efetivamente de ser intervencionada e, portanto, deixar aqui esta nota para o Senhor Presidente notifique a EDP que tem, como o Senhor Presidente sabe e todos nós ou pelo menos, alguns sabem a obrigação de fazer essa devida manutenção. E a seguir falar sobre um tema que me parece também importante de realçar até porque e com aquilo que é a reorganização que o município, que o seu executivo está a realizar nos transportes públicos, com todo o mérito, do ponto de vista da organização desses transportes, onde saliento, naturalmente, a ampliação da linha do Giro e aquilo que é a colocação de autocarros elétricos. Eu deixava também aqui o repto para que o regulamento dos tuk-tuk fosse efetivamente realizado e houvesse a tentativa de que ele fosse implementado o mais rapidamente possível, por várias razões por aquilo que é a questão da própria organização na circulação desses veículos, por aquilo que é a questão ambiental, porque não temos, ou se temos são muito poucos os tuk-tuks elétricos, e também por aquilo que é qualidade que esse serviço oferece ou a não qualidade que serviço agora oferece aos nossos turistas."-----

Carla Vieira: "Muito boa noite a todos, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, caros membros da Assembleia, senhores munícipes, bom, efetivamente hoje a minha intervenção prende-se a primeira com uma recomendação e a segunda com uma questão. A minha intervenção e recomendação ao executivo tem a ver com o com pelouro da Educação e que se prende com parte do mobiliário, diga-se, mesas, cadeiras e armários que foram substituídos na escola Dr. Francisco Cabrita e provavelmente noutras, e que se encontram amontoadas no recinto escolar e no seu espaço exterior e caso não sejam removidas brevemente, podem dar aso a acidentes com os alunos, por isso, recomendamos que o mobiliário seja recolhido mais breve e



urgente possível para prevenir qualquer incidente que possa ocorrer e ser a câmara a imputar responsabilidade de qualquer acidente que ocorra. A minha segunda intervenção é uma questão ao Senhor Presidente, e vem na sequência da intervenção do senhor Rúben Nicolau. Interpelou aqui o Senhor Presidente, sobre a questão da saúde, tendo em conta que a transferência de competências no que concerne à saúde estão muito relacionadas com as infraestruturas e auxiliares de ação médica, gostaríamos de saber que trabalho foi desenvolvido ao longo deste período, pois pouco ou nada se sabe acerca das diligências por vós tomadas junto da tutela, nomeadamente e no sentido de colmatar a enorme necessidade de médicos de família, falta de enfermeiros, a necessidade de obras de manutenção e beneficiação do atual centro de saúde e se já está efetivamente a pensar no futuro. Ora, recordo que foi um dos assuntos bandeira muito focado durante a campanha eleitoral e que todos nós temos necessidades e que é urgente e premente que esta situação seja esclarecida para que tenhamos esperança, de que efetivamente tal venha a suceder. Muito obrigado." -----

Domingos Coelho: "Boa noite a toda a Assembleia, boa noite a quem nos acompanha lá em casa, congratulo-me por este ambiente que está criado, mas não podemos branquear o que se passou na última assembleia, penso que devemos refletir sobre aquilo que se passou. Eu nessa assembleia tinha pedido a palavra e depois desisti da palavra, porque o ambiente estava pouco sereno e o adiantar da hora, mas penso que podemos voltar e visitar o que se passou nessa assembleia. Para já é uma consideração prévia, para o Partido Socialista, o debate político começa quando o Presidente inicia a sessão e só termina quando o presidente da Assembleia dá por encerrada a sessão. Todavia, não posso deixar de lamentar e condenar incidentes, cenas que se passaram à porta da Assembleia, na escadaria da câmara, que não dignifica nada as pessoas que participaram nesses incidentes e muito menos a própria Assembleia. Isso são questões do foro Pessoal, social, eventualmente judicial, não são do foro político, portanto, eu vou remeter-me depois desta condenação, porque, enfim, não podia deixar de fazer às questões políticas. Penso que a Assembleia não pode e não deve deixar-se contaminar e não pode ser uma caixa-de-ressonância do que se passa nas redes sociais e o partido Socialista, põe isso de parte e interessa só o debate aqui, somos o maior partido da oposição, no entanto, temos os mesmos direitos e deveres dos outros, interessa-nos principalmente aquilo que é um direito e é um dever da oposição criticar, propor, sugerir, é o que temos feito sempre, fazer propostas, criticar e de uma forma leal.



Tem havido uma tentativa de descredibilizar esta assembleia externamente, não sei quem, eu não sou e aqui internamente, com, digamos, duras críticas, de uma forma mais ou menos clara ou dissimulada que se ter presenciado, por um lado, que o debate político, a linguagem e forma e o conteúdo não será muito recomendável, como aconteceu já, mas eu lembro que não foi a oposição e muito menos o PS que pediu ao senhor Presidente da Câmara para ter rédeas na sua vereação, não foi o Partido Socialista que disse que a qualidade da Assembleia, a vereação não tinha qualidade. Nunca se disse aqui, que a intervenção de quem quer que fosse era retrógrada e era mesquinha, portanto, ou seja, temos que dignificar a Assembleia e isto está em ata. E em ata está também a questão do tempo e se formos ver a ata, as linhas, é o PSD que detém o dobro de linhas da ata em relação ao PS. E se juntarmos os vereadores, têm quase o triplo ou quádruplo. Para terminar, não esquecendo as intervenções da senhora vereadora Cláudia Guedelha e do Senhor vice-presidente que, em foram mais de cem linhas, porque afinal foi só sobre as piscinas que foi solicitado a intervir. Muito obrigado." -----

Presidente da Assembleia: "Eu gostaria, para finalizar e antes de responder à senhora deputada Mónica Félix, ao senhor deputado Carlos Mendes, pelas questões que me colocaram, dizer que, a intenção nesta Assembleia é acabar exatamente com este tipo de troca de conversas e de terminar com o diálogo entre membros da Assembleia, e debatermos única e exclusivamente os assuntos relacionados com a nossa cidade e que dizem respeito aos Albufeirenses. Tudo o resto, penso que são, fait-divers. Respondendo diretamente à senhora deputada Mónica Félix, que fez a proposta da constituição de uma comissão de inquérito para analisar, determinados feitos, agradeço que para a próxima assembleia traga uma proposta fundamentada para incluir na ordem de trabalhos, para que esse ponto, seja ou não deliberado através de votação democrática desta mesma Assembleia. Relativamente ao senhor deputado Carlos Mendes, devo dizer e fico com ideia, desconhecendo esta matéria, que a questão dos Ubers e deste tipo de veículos estaria **contingentada**. Mas se assim não é, eu alertarei essa para essa situação, porque uma das questões que tinha sido colocada e tinha feito parte da negociação era que haveria contingentação. Com certeza, alertarei e verificarei junto de quem de direito o que se passa sobre esta matéria." -----

Presidente da Câmara: "Antes de começar a responder, quero dizer que não tenho qualquer problema em ouvir algumas críticas, ou algumas recomendações, só entendo



que isso faz parte do dever dos membros da Assembleia e de qualquer transeunte ou qualquer munícipe neste concelho, ou quem nos visita, porque muitas vezes, como já disse há pouco, são situações que nos são desconhecidas, por quem tem a responsabilidade direta da gestão para as poder mandar solucionar. No entanto, por vezes, há situações de algum frenesim ou de algum nervosismo de alguma, diria ansiedade, que faz com que as pessoas muitas vezes tenham alguns modos de falar um pouco mais, digamos, agressivos, mas isso também por aí também não vem nenhum grande mal ao mundo é só as pessoas olharem para si fazer uma autoavaliação e tentar perceber que realmente não agiram bem em determinadas situações. Não sei exatamente o que se passou na última sessão, nem vou aqui gastar tempo sobre isso. Passou hoje um ano que foram as eleições autárquicas, todos nós fomos eleitos para defender ou para aqui apresentar os problemas, ou as situações que o nosso povo carece, que o concelho é carenciado, com visões, obviamente e legitimamente diferentes, não quando há duas pessoas, uma diferente da outra não são iguais, portanto, enfim, tudo é legítimo, evidentemente que umas concorda-se, outras não se concorda é como eu, algumas concordo e até agradeço profundamente este tipo de chamadas de atenção, este tipo de recomendações e sugestões até. Portanto, agradeço as questões que o José Vila-Nova aqui enumerou, sobre a questão das escadas, da festa do pescador Never Ending Summer, o Giro, enfim, são situações que há duas promoções, dois eventos de promoção e há duas situações completamente diferentes, a questão das escadas do Peneco, pois elas foram construídas num curto espaço de tempo, o contrato posso dizer que foi assinado no último mandato no dia dez ou doze de julho e elas terminaram em abril, uma empresa que realmente se portou bastante bem num sítio difícil e realmente é de enaltecer essa situação relativamente ao Giro, como já disse há pouco, há aqui situações que é preciso que ter algum cuidado, porque vai demorar algum tempo. A questão do fornecimento dos autocarros, tal qual como acontece com qualquer outra coisa que haja, seja ela qual for o mais pequeno maior, enfim, os stocks estão todos quase a zero, portanto é preciso vir as peças, seus equipamentos, é preciso serem solicitados mesmo às fábricas de origem, portanto, é um drama a seguir a outro drama e a situação tem tendência obviamente, e penso eu era melhor que não acontecesse, tendência a piorar. O deputado Raúl Ferreira, portanto, falou aqui um conjunto de questões diversas sobre as medidas que estão em curso, pois são tantas, umas estão em curso, outras não estão, outras vão estar não vou



estar aqui a enumerar as que estão em curso, nem as que vão estar, vamos acompanhando tudo aquilo que se vai fazendo agora foi a questão do Giro, há-de ser a questão da limpeza urbana, a videovigilância também já vou falar nela, a questão do orçamento, vai começar-se a fazer e aí peço depois auxílio para que todos possam discutir e trabalhar um pouco naquilo que é o possível orçamento do ano que vem. E o PDM, que é a segunda questão que colocou, o PDM está em elaboração. A revisão do PDM, como digo, esta semana tenho uma reunião marcada com o senhor da empresa que tem a função de elaborar o PDM, para que se possa fazer uma reunião, já esclarecedora sobre os pontos em que está a sua situação, evidentemente que isto esteve um bocado parado, é inegável, não vou escamotear nem meter a cabeça na areia por isso, mas espero e desejo e vou fazer tudo o possível e já transmiti isso à equipa no sentido de estar terminado dois mil e vinte e três dentro de vamos ver se é possível, mas penso que sim, temos de dar, evidentemente é corda aos sapatos. Realmente, o departamento de obras particulares tem evoluído muito lentamente, de alguma forma tem melhorado um pouco algumas questões, embora haja muita aresta ainda para limar, portanto, isso é um assunto inevitável, é um assunto que da minha parte é quase do dia-a-dia. Sobre o cemitério não sei, vou mandar ver o que é que se passa, não sei se o vereador Ricardo tem alguma coisa para dizer que ele é que tem o pelouro. Sobre a Avenida Sá Carneiro e envolventes, tem um processo já praticamente terminado e que, na melhor das oportunidades irá começar a obra em fases, tem que ser construída em fases porque é uma obra extremamente difícil de levar para a frente. O centro de exposições e feiras, para já ainda não há propriamente grande evolução e grande desenvolvimento, mas vai haver, afinal de contas, faz hoje um ano que foram as eleições penso eu que ainda faltarão três anos, portanto, não é para fazer tudo no mesmo dia, não se pode nem se consegue, embora por mais cedo que a gente venha para aqui. A Carla Madeira falou nos fogos de Paderne, pois eles vão ser entregues alguns, a estratégia da mobilidade, temos o projeto daquela possibilidade de alargar a rua, a estrada que dá acesso à escola e ao bairro, e também a parte entre o bairro novo, portanto, as casas novas e o bairro que lá está, que ficou um bocado degradado, agora com a movimentação das obras, das máquinas e dos camiões, mas vai-se tudo ser resolvido. Relativamente ao sistema de videovigilância que alguns deputados aqui referiram, houve realmente um problema com a videovigilância, elas são salvo erro setenta e três câmaras colocadas na zona da Avenida Sá Carneiro, colocadas



na baixa cidade e nalguns sítios estratégicos, esses locais foram previamente escolhidos pela Guarda Nacional Republicana e foi dada autorização no anterior mandato municipal e no anterior Governo foi dada autorização pelo Secretário de Estado para que se iniciasse o procedimento para o efeito. Entretanto, apareceu a Secretaria Geral da Guarda Nacional Republicana tem-se tornado algo difícil, esses encontros de vontades, a exigir que a fibra que levava os dados das câmaras para o servidor, vai ficar colocado no quartel da Guarda Nacional Republicana, porque é a força de segurança que Albufeira tem e exigiu que fosse, a Secretaria Geral da Guarda Nacional Republicana, linha dedicada, o que não aconteceu, por exemplo, com as câmaras que estão a ser colocadas em Portimão e que irão ser colocadas em Faro porque aí são duas forças diferentes, a Polícia de Segurança Pública, foi aquilo que me disseram. Entretanto, eu manifestei o desagrado perante a Senhora Secretária de Estado, tive reunião dia vinte sete e um dos aspetos que falei foi precisamente na videovigilância para desentupir, digamos assim, ou acelerar o processo de concurso, entretanto aqui na Câmara, ainda que a resposta não tivesse vindo sobre a questão da fibra ser dedicada apenas para aquilo ou não eu dei instruções para abrir o concurso. O concurso vai estar aberto já dentro de pouco tempo para a colocação das câmaras, prevendo eu que, no princípio do ano turístico, para aí no mês de maio, penso eu que são capazes. Vamos lá ver se não houver grandes reclamações ao concurso. Entretanto, hoje fui informado que já havia resposta da Guarda Nacional Republicana, dizendo que, afinal a fibra não é necessário ser dedicada e está certa certo assim, portanto é estarmos aqui mais alguns meses com estas situações, mas isso faz parte da vida, já estamos habituados a este tipo de atrasos. Agradeço também as referências que o deputado Adriano Ferrão fez, a Cláudia Raimundo fez aqui alguns apontamentos sobre a iluminação pública, principalmente na parte velha e não só, a iluminação pública é da responsabilidade da E Redes e já agora, o senhor deputado Quintino dizer para mandar notificações para EDP, posso trazer notificações, deve dar um molho de notificações, portanto, inclusivamente, há coisas que resolvem-se mais facilmente através de um telefonema, mas não pode ser, porque segundo dizem isto não é um assunto de minha lavra, a E Redes paga mal ao operador que faz a manutenção das redes de iluminação pública. E se calhar, é o facto, uma vez que realmente as substituições se tornam extremamente difíceis. A baixa da cidade, a Travessa Alves Correia está um bocado às escuras, enfim, está muito, muito deficiente, altamente deficiente, portanto, isso é



uma questão que eu não paro de lembrar, embora a Câmara municipal tem a obrigação e os técnicos não podem fugir a essa obrigação de comunicar para E redes e eu exijo seja por escrito para ficar escrito, para se perceber que alguém fez alguma comunicação, inclusivamente já em tempos, nomeadamente, o ano passado ainda no anterior mandato, sugeri com a administração de E redes que se fizesse um acordo com a Câmara Municipal ficava, a pagamento da E redes. A Câmara Municipal ficava depois com a manutenção da iluminação pública, o que teria sido muito melhor, se calhar ganhava-se algum dinheiro, assim só se poupa em energia é a única poupança que há, mas não é bom. Claro que não. A cidade às escuras é mau. Depois o senhor Carlos Mendes falou aqui na questão dos TVDE, na questão dos Tuk Tuks, quero recordar que estes dois meios de transporte, à semelhança daquilo que se passa com os transferes, são praticamente tudo baseada apenas numa inscrição na Rede Nacional de Animação Turística e está o assunto resolvido. Não há contingentes em coisa nenhuma contrariamente ao que acontece com os táxis, é uma verdade, mas isso não compete às câmaras municipais a não ser, lembrar e já lembrei isso em muitos sítios que para mim acho que é um pouco injusto não ter as mesmas condições que tem realmente com contingentes e os táxis, se quiser que haja mais, as câmaras municipais têm que abrir um concurso dentro do próprio município enquanto TVDE, os ubers que andam por aí, a gente sai e a qualquer momento, vê três, quatro, cinco e este ano foi uma loucura impressionante a maior parte deles nem tão-pouco são de cá, não moram cá, estão cá, alugam um apartamento, vêm passar férias e ao fim do dia fazem ali uns transportes. O regulamento dos Tuk Tuks está a começar a fazer-se, ainda hoje falei com o meu chefe de gabinete para se começar a fazer e já está uma parte e a ver se se consegue que em maio esteja terminado, esperemos que sim. A Mónica Félix falou aqui nos critérios do espaço, que endereçou um email e eu enderecei o email ao senhor Vice-Presidente que tem a responsabilidade do Desporto, irei transmitir para fazer essa transmissão daquilo que se passa com os critérios da distribuição dos pavilhões estão ser utilizados legalmente e parcimoniosamente penso eu. Depois, a senhora presidente de Junta, Indaleta Cabrita falou no posto da GNR pronto, evidentemente, que a questão da Guarda Nacional Republicana não é da responsabilidade da Câmara Municipal, é da responsabilidade do Ministério da Administração Interna. Também foi um aspeto que eu falei com a senhora Secretária de Estado, por sinal, tinha sido esta mesma, Isabel Oneto, foi a mesma Secretária de Estado que eu assinei, nomeadamente



no edifício da Junta de freguesia de Albufeira e Olhos de água, em Olhos de Água em que assinei, há quatro ou cinco anos e agora por sinal foi a mesma, e ela mandou a chefe de gabinete anotar entretanto, passados dois ou três dias, mandaram um novo regulamento, novo protocolo para ser assinado, está a ser visto pelos juristas, penso que durante a próxima semana, vou remeter outra vez para a Secretaria-Geral da GNR para ver se assina o novo protocolo em que a Câmara Municipal, não tendo responsabilidade direta e repito, não tem responsabilidade direta no assunto, não foi nenhuma das transferências de competências feitas pelo Governo, não está inserida em nenhuma das suas competências, era só uma, digamos, um benefícios que a câmara quis fazer, então que é compete à Câmara ali, naquele caso, elaborar os projetos de arquitetura e especialidades, arquitetura, tem sido bastante difícil, porque tem que autorizar tudo aquilo que é feito, tem que ser a Secretaria Geral do Ministério da Guarda Nacional Republicana e eles manda-se uma versão do projeto de arquitetura, dizem que uma janela não devia estar ali, devia estar noutro lado, depois mais tarde manda-se novamente, dizem o armeiro devia de estar noutro sítio e não naquele, enfim, tem sido um problema e por isso é que tenho demorado estes anos todos. Tem sido difícil, mesmo bastante difícil, e eu chamei a atenção da secretário de Estado, portanto, espero que agora ela não se perca, mas qualquer dia tem que se voltar novamente à carga. Sobre os assuntos hei-de fazer essa avaliação e vermos o que é que se pode aqui a fazer, que acho que é interessante e acho que é bom, não só para parte ambiental, mas também para a parte de retenção de águas. A Rua José Fontana, número doze, está bem identificada, vamos ver o que é que se passa, se houver esse perigo tem de se tomar medidas ou fechar as janelas. Sobre a senhora deputada Luna Silva, falou na questão da segurança, já falei sobre a videovigilância, a questão da saúde também já falei. Temos feito algumas reparações no centro de saúde que foi a única coisa foi transferido, foi algumas reparações de conservação e sete ou oito funcionários, salvo erro sete, sete auxiliares apenas e um operacional que anda a fazer a distribuição da medicina familiar, de resto, médicos e enfermeiros, as câmaras municipais por enquanto não têm responsabilidade absolutamente nenhuma nisso. No entanto, ainda agora no último encontro de autarcas que houve em Viseu no fim-de-semana passado, todos os oradores foram perentórios independentemente e não está aqui em causa os partidos que eram, todos foram perentórias em chamar a atenção do Governo, que se fez representar pela senhora Ministra da Coesão, Dra. Ana



Abrunhosa, que estas transferências de competências, quer da educação quer da saúde e agora a partir de um de janeiro da ação social, a partir de um de janeiro aqui, porque em alguns conselhos já têm, mas essas essas três são as principais transferências de competências, embora as outras praticamente um de, digamos, a uma palha, portanto, ter assumido não ter assumido diferença, não é muita. O centro de Saúde vai ser ampliado e vai permitir que haja muito mais espaço e logo penso eu que melhores condições. Sobre a habitação, os projetos estão praticamente todos terminados, do projeto Fontainhas, falta apenas terminar as especialidades, teve-se ali uns problemas com a questão de uma conduta de água, das Aguas do Algarve e que já está solucionado. O deputado Carlos Quintino falou aqui na questão do PDM, já respondi. A iluminação pública também de alguma forma, as notificações que ele tanto quer, um dia arranjo-lhe um conjunto de notificações, mas vou escusar-me de fazer isso por causa de poupar papel. O regulamento dos Tuk tuk já está a ser elaborado, ainda hoje falei com o chefe de gabinete, precisamente para isso evoluir rapidamente. Sobre o mobiliário, a deputada Carla Vieira falou no mobiliário que está na Francisco Cabrita amontoado e que torna-se perigoso, já vai ser recolhido rapidamente. Obrigado por essa informação."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

André Lima: “Boa noite a todos, em relação às informações, depois de passar por aquilo tudo, levantaram-se algumas questões. E eu quero só trazer aqui duas, deixo o resto, para os meus colegas que ainda há de haver muita coisa por perguntar. Na página catorze está aqui um ponto relativo a uma informação dos serviços relacionada com a não submissão de uma candidatura, de preservação e conservação de escadaria e



arriba da praia do Peneco. A questão é que candidatura era esta? Relativa ao quê? Porque é que não foi submetida? Tentar perceber este ponto, depois na página dezoito tem aqui um ajuste direto um número arredondado de sete mil euros relativo ao fornecimento e montagem de uma gaiola para patos. Fiquei curioso em relação ao que será isto, fornecimento e montagem de uma gaiola para patos, se me poder esclarecer."-----

Carla Vieira: "Boa noite novamente, efetivamente também a minha questão no meio de um relatório tão extenso e complexo, porque efetivamente a atividade do município é dinâmica já percebemos todos isso. O meu esclarecimento vem na página dezasseis, em que foi aprovada a aquisição de duas frações autónomas localizadas na Correeira e que irão integrar, naturalmente, o património do município. Ora, a primeira questão é saber qual é o destino que irá ser dado a essas frações? A segunda é se as frações estão em plenas condições de funcionamento, ou se necessita de algumas reparações ou investimentos?" -----

Sílvia Dias: "Muito boa noite a todos, mediante análise do relatório, este município apoiou financeiramente a Associação Flor dente-de-leão, com um apoio de mil e quinhentos euros, sei eu que não é um grande valor, mas devem ter respeito, seja um valor mais alto ou mais baixo, devemos ter um grande uma grande consideração pelos dinheiros públicos. Gostaria de saber quantos munícipes já tiveram o apoio, ou vão ter o apoio desta Associação? Visto esta associação ter uma parceria no Algarve só com um espaço rural em Portimão. Obrigada." -----

Luna Silva: "Ora um esclarecimento relativamente a seguinte questão, na página vinte e um, no despacho de adjudicação consta um ajuste direto de aquisição de serviços para campanha publicitária de uma empresa com nome estrangeiro, Gestion Communication y Patrocinio, sociedad limitada, no valor de dezanove mil euros. O que eu pretendo saber é se esta empresa é sediada no estrangeiro? E se é qual é o motivo da procura de um serviço de uma campanha publicitária fora de Portugal, uma vez que temos no nosso município empresas que trabalham no campo publicitário. Por fim, relativamente acerca da situação financeira do município, Senhor Presidente, o município deve estar em regra e em cumprimento sobre equilíbrio orçamental onde as receitas previstas cobrem todas as despesas, pelo que o partido Chega pretende saber qual é que é o valor da dívida atual da Câmara Municipal? Obrigado." -----



Domingos Coelho: “Solicitava aqui algumas explicações em relação à execução orçamental, isto na página vinte e quatro diz no âmbito das receitas, venda transferência de capital, a dotação atual é cinco vírgula seis milhões e a execução foi de trezentos e quarenta e quatro mil euros, ou seja, uma execução de seis por cento, o porquê uma dotação de cinco a seis milhões e só trezentos e quarenta e quatro executados? Na página seguinte, no domínio da despesa, aqui as despesas de capital tem aquisição de bens de capital, a previsão de vinte e oito vírgula nove milhões, praticamente vinte e nove milhões e uma execução de seis vírgula cinco milhões, portanto, em termos percentuais, vinte e dois por cento, isto remete-nos para uma execução orçamental eu diria fraquíssima do ponto de vista do investimento, o valor de investimento no total de despesa, é só treze por cento, por exemplo, no capítulo da habitação, na página vinte e seis, a habitação tinha uma previsão de um vírgula nove milhões quase dois milhões e foram só executados oitocentos e oitenta mil euros, quarenta e quatro por cento E mais outro dado, o plano plurianual de investimentos apresentava em trinta e um do oito de vinte e dois, portanto, agora terminado o mês de agosto, uma taxa de execução de vinte e dois vírgula seis por cento, ou seja, o que parece que podemos concluir é que, no que diz respeito ao investimento e, portanto, o investimento capital e o investimento de forma geral, no fundo é o que faz desenvolver o país e, neste caso o concelho, como é que há uma taxa de execução tão baixa ao nível do investimento?” -----

Inês Mendonça: “Olá, muito boa noite a todos os presentes e aos que nos acompanham através do YouTube, relativamente ao ponto e) desta informação escrita, ou seja, a atividade do município com pessoal, eu gostaria de solicitar a esta autarquia, na pessoa do Senhor Presidente que nos informasse acerca do ponto de situação atual do SIADAP no que toca à avaliação dos funcionários. Muito obrigada.” -----

Presidente da Câmara: “Há aqui algumas questões que não responderei agora, porque não conheço, agora os números estão aqui, nomeadamente desta gaiola dos patos, ou seja, não sei exatamente o que é, mas com certeza que alguns serviços e os diretores de departamento estão aqui, ninguém sabe, portanto, é um mistério, uma coisa estranha, portanto, o mistério vai tem que se descobrir para onde é que foi esta gaiola e para que é que serve. Realmente é estranho. Relativamente aqui às duas frações autónomas da Correeira, aquilo não é bem Correeira, é Belavista, são duas frações que já estavam alugadas pelo município e já tinha sido decidida a aquisição no anterior



mandato e que estão a ser usadas por associações já há algum tempo, é por cima do Macdonalds, portanto, tem condições de ser usadas, estão a ser usados A associação dente de leão, a senhora vereadora Cláudia poderá falar um bocadinho sobre isso, qual é a atividade que têm e porquê estes mil e quinhentos euros, devem estar justificados, com certeza. A deputada Silvia Dias, falou na questão da utilização dos dinheiros públicos, com certeza que sempre foi uma das características que tive nos tempos que fui dirigente de entidades públicas, realmente tratar bem o dinheiro público, e não só, portanto, acho que por aí não vamos lá. A deputada Luna Silva, falou na questão de uma empresa que faz aqui uma publicidade, é uma empresa espanhola que fez publicidade em Huelva de Albufeira, portanto, através da APAL, que normalmente têm feito todos os anos, que é uma publicidade que é feita em autocarros que vão circulando em Huelva e não sei se até Sevilha também. Sobre as questões das execuções, o deputado Domingos aqui falou das execuções que neste momento, estão da forma como estão, mas evidentemente que há a faturação para pagar a execução vai subir, naturalmente, poderá não ser atingida aquilo que se pretende, por exemplo na habitação, era para estar já em andamento a questão dos setenta e dois fogos, das Fontainhas, o PRR não abriu candidatura, traçou-se o projeto das especialidades por via da conduta das Águas do Algarve que passava por lá teve de ser deslocada, daí que há essas questões. Sobre a questão do SIADAP, está a ser tratado, ainda no outro dia, fizemos a reunião do Conselho de Coordenação da avaliação. Se o processo não está encerrado, praticamente este ano vai estar encerrado. Portanto, para o próximo ano lá estaremos."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das atas de 27-06-2022 e 27-07-2022;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Em relação à ata de vinte sete do sete, penso que deveria constar em ata o momento exato em que alguns dos membros da Assembleia se ausentaram em definitivo. Penso que isso é básico, quando as pessoas se ausentam, fica exatamente a



constar essa situação, tanto mais que penso que é possível através das imagens do som captar o exato momento, caso contrário, a bancada do PS vota contra esta ata.” -----

Presidente da Assembleia: “Muito obrigado, Senhor deputado, eu penso que ata deve transcrever a exata realidade daquilo que se verificou e que aconteceu e, portanto, acho que deve ser acrescentada à ata a saída de deputados municipais em determinada altura, se for possível verificar e o momento em que saíram, até porque nas votações posteriores esses deputados não constavam das mesmas.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou as atas a votação.-----

VOTAÇÃO DA ATA de 27-06-2022:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Cláudia Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e o Secretário da Junta de freguesia de Ferreiras, pelo que não votaram.-----

VOTAÇÃO DA ATA de 27-07-2022:-----

Votos contra: um (01) Helena Simões -----

Abstenções: zero (01) Leonardo Paço-----

Votos a favor: vinte (20): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Margarida Guilherme, José Vila-Nova o Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras, pelo que não votaram.-----

Helena Simões: “Boa noite a todos, o meu voto contra prende-se exclusivamente, com o facto de estarmos a aprovar uma ata que ainda vai ser incluído na ata a saída de deputados que eu sinceramente, não me recordo e só poderei votar de consciência



depois de ver isso refletido na minuta de ata, ou seja, prende-se pura e exclusivamente com isso, ou seja, foi aprovada agora uma minuta que ainda vai ser incluída algumas saídas, saídas essas que eu não me recordo e que a não ser que eu tenha tempo de as confrontar com o YouTube da Assembleia, poderei cair aqui numa situação ter aprovado, algo que pode não refletir a realidade." -----

Leonardo Paço: "Boa noite a todos, como é óbvio e quem acompanha um pouco, o que a deputada Helena Palhota acabou de dizer, não posso de forma alguma aprovar uma ata que ainda não está correta e eu acho que a mesma devia ser retirada e só depois vir aqui outra vez." -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2022/2023; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

André Lima: "Em relação ao anúncio que foi feito, considerando este ponto dos transportes escolares, eu vi uma publicação, uma informação da câmara, que todos os alunos que vivem a três ou mais quilómetros da escola têm direito a transporte escolar. Por outro lado, chegaram, li, algumas reclamações, alguns, alguns lamentos de algumas pessoas que não estaria nalguns pontos a funcionar como deve ser, nomeadamente em relação aos Olhos de Água e mais outras situações. A minha questão é se está mesmo garantido, o transporte destes mil e novecentos alunos que são referidos até à escola?" -----

Presidente da Câmara: "À partida penso que sim, vou registar aqui o que se passa com isso, pode ter havido algum problema que a mim não me chegou. Não sei se chegou à vereadora Cláudia, também abana a cabeça negativamente, portanto, era bom referenciar, identificar bem esse caso que é para se perceber o que é que se está a passar." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----



Abstenções: zero (00) -----
Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----
 A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea q) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, referente à proposta de desafetação de áreas do domínio público para o domínio privado, referente ao processo de loteamento n.º: LOT710/1978; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Tendo em conta a informação aqui constante, suscitou aqui algumas dúvidas e depois falar com todos os líderes dos diferentes grupos políticos, decidimos propor a criação de uma comissão para ir ao local, diríamos que apreciar melhor a situação em concreto, tal como já foi feito, por exemplo, no caso de uma situação também o mesmo tipo no Malhão há uns tempos atrás, portanto, em consenso, foi proposto que se criasse a comissão." -----

Carlos Quintino: "Eu quero só confirmar que a bancada do PSD/CDS concorda da participação desta Comissão à semelhança do que tem vindo a ser feito em outros casos semelhantes para nos deslocarmos ao local e podermos aferir in loco aquilo que realmente se trata."-----

Luna Silva: "Apenas uma questão que também considero que é importante para além da visita ao local, uma vez que se trata de um processo de loteamento datado de mil novecentos e setenta e oito e uma vez que a Assembleia é soberana, o partido Chega propõe o adiamento deste ponto e ainda uma apresentação técnica feita aos deputados municipais por quem de direito, a fim de se conhecer o processo e o seu propósito." ---

Presidente da Assembleia: "Portanto, do que eu depreendo da proposta da senhora deputada Luna Silva é que se suspenda o ponto e se nomeie uma comissão técnica é



isso? Portanto, temos neste momento, duas propostas, em alternativa, uma de uma comissão para deslocação ao local e outra da suspensão do ponto que acontecerá, naturalmente, até porque, para nos deslocarmos ao local, teremos que suspender e proceder à nomeação de uma comissão técnica, tendo em consideração que se trata de um processo de mil novecentos e setenta e oito." -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, o que o partido Chega propõe é que, para além da visita ao local, que haja uma explicação sobre o processo para que os deputados também conheçam um pouco o processo, para além de visitar o local, seria importante também saber qual é que é o propósito desta desafetação das áreas." -----

Raul Ferreira: "Senhor Presidente, o MIPA, concorda com a visita ao local aliás, foi esse o nosso entendimento com os restantes líderes de bancada, no entanto, achamos que por uma questão de celeridade que tanto falamos aqui, que é desnecessário, qualquer explicação técnica, uma vez que no próprio processo constam todos os pareceres do diretor de planeamento dos técnicos, que nos dão toda a informação para podermos decidir em consciência aquilo que devemos fazer." -----

Presidente da Câmara: "Para além disso, sugeria que fossem acompanhados pelo técnico do Departamento de Urbanismo, e isso penso que resolve os problemas todos e a própria pessoa leva o projeto e explica depois tecnicamente o que é que se passa." ---

Presidente da Assembleia: "Face à proposta do Senhor Presidente, então temos uma única proposta que é a deslocação ao local com o técnico e com a verificação e a explicação do que efetivamente irá acontecer." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a retirada do ponto.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

O ponto foi retirado por unanimidade.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no art.º 58º, Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, da proposta de alteração de representantes do Conselho Municipal de Educação; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) André Lima. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea g) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente ao Regulamento das Bolsas de estudo do Ensino Superior do Município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) André Lima. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla



Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, referente à Aquisição de Serviços de Certificação Legal de Contas do Município, com o preço base de 19.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "A empresa Salgueiro e associados procedeu à auditoria, certificação legal de contas do município de Albufeira nos últimos cinco anos, dois mil e dezassete, dois mil e dezoito, dois mil e dezanove, dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, sendo que relativamente aos anos de dois mil e dezassete, dois mil e dezoito e dois mil e dezanove foi efetuado o procedimento através de concurso público e nos anos dois mil e vinte e dois mil e vinte e um por ajuste direto, salienta-se que empresa Salgueiro e associados pertencia ao grupo Your que se fundiu entretanto, com a empresa Dfk associados, sendo atualmente a empresa Dfk associados a executar os trabalhos com a mesma equipa nos últimos anos. O município vem sugerir que se mantenham os serviços de certificação legal de contas para os anos dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro com a empresa em questão, justificando que a mesma conhece a realidade e o histórico do contexto contabilístico anterior do município de Albufeira e que tem uma vasta experiência em auditorias em vários municípios do país, uma vez que o ajuste direto é o procedimento que a entidade adjudicante convida diretamente uma entidade, à sua escolha apresentar a proposta, artigo, cento e doze do Código dos Contratos Públicos, o partido Chega pretende saber quais são os outros requisitos que levaram o município escolher de novo esta empresa para efeitos de auditoria de contas. Ainda o artigo, cento e treze, o número dois refere o seguinte, não podem ser convidadas a apresentar propostas entidades às quais entidade adjudicante já tenha sido adjudicada no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, na sequência de consulta prévia o ajuste direto nos termos do



disposto na alínea D do número um do artigo, vinte e o número seis menciona que não podem também ser convidadas a apresentar propostas, entidades especialmente relacionadas com as entidades referidas no número dois, considerando-se como tais, nomeadamente as entidades que partilhem ainda que apenas parcialmente representantes e sócios. De acordo com o projeto de fusão disponível no Portal da Justiça, parte do capital social da sociedade a incorporar Salgueiro e Associados é detida pelo senhor Revisor de contas que continua a fazer parte da equipa de auditoria da empresa, ou seja, apesar da fusão da sociedade datada de vinte e um dezembro, dois mil e vinte e um, e apesar de não se perfazer os três anos, equipa da autoria continua a ter os mesmos elementos de composição, pelo que se requer ao Senhor Presidente esclarecimentos acerca destas questões." -----

Presidente da Câmara: "O que eu posso esclarecer é pelo facto, precisamente por ter desempenhado essas funções de certificador oficial de contas neste município nos últimos anos, levou, embora tenha sido contratualizado no princípio da relação profissional por concurso público entendeu-se, para agilizar esta questão, os serviços e dado o valor que é e dada a idoneidade que tem demonstrado ao longo deste tempo, por conhecimento já dos serviços, obviamente tomar este tipo de procedimento de ajuste direto, portanto, foi apenas esse e só aquilo que levou os serviços. Não sei se o vereador Ricardo tem mais alguma coisa a acrescentar, diz que não, portanto, foi apenas e só isto, e dada a idoneidade e o atempadamente de resolver as questões, coisa que não aconteceu no passado." -----

Domingos Coelho: "Eu aqui colocava a questão é se há uma segurança jurídica e de legalidade do ato, porque enfim, julgo que, no caso de dúvida, seria mais seguro retirar o ponto e eventualmente, haver aqui uma segurança jurídica, porque aqui podemos estar a votar uma coisa que, de facto, não corresponde a uma assertividade jurídica." -

Presidente da Assembleia: "Eu gostaria de fazer uma intervenção relativamente a este ponto. Entendo que seria benéfico, mesmo tendo em consideração que se trata, de um procedimento de valor relativamente baixo, mas que pode eventualmente trazer aqui algum engulho, nomeadamente a responsabilidade desta Assembleia por uma deliberação ilegal, que se retirasse o ponto da ordem de trabalhos, para se verificar que não há qualquer ilegalidade e se agendasse já para a próxima Assembleia a realizar no próximo dia dezassete de outubro. Porque qualquer irregularidade vai afetar-nos a todos, a quem votar favoravelmente e mesmo a quem se abster, só quem votar contra



e também não parece ser essa a intenção, votar contra por votar. Gostaríamos de ter uma certeza jurídica sobre esta matéria, porque, o que diz o artigo cento e treze é que nos dois anos e no ano em causa, não podem ser feitos ajustes diretos. Estão a perfazer os três anos, e o espírito da lei é no sentido de haver uma renovação dos revisores oficiais de contas, de forma a evitar que eles perdurem no tempo. Eu propunha ao Senhor Presidente que é o proponente, que esta questão fosse analisada pelos serviços de forma a podermos votar em segurança, porque podemos ter aqui um problema de aplicação de multas, pelo facto, de estarmos a deliberar algo irregular. Causa alguma dúvida, tendo em consideração que são as mesmas pessoas ou a mesma pessoa que está a fazer a revisão de contas desde dois mil e dezassete. Sabendo-se também que estamos perante concursos públicos nos três primeiros anos, mas agora este concurso com este ajuste direto, estamos a perfazer três anos. Diz também o artigo cento e treze número cinco que, independentemente de ser uma empresa diferente, mas que tenha os mesmos sócios ou representantes legais pode existir algum conflito, pelo que, proporia esta solução de nos próximos quinze dias, termos um relatório dos serviços e trazermos de novo à Assembleia esta matéria." ----

Vereador Ricardo Clemente: "Só para esclarecer que, no nosso entender, seria uma vantagem para autarquia manter o serviço com DFK e associados, revisor oficial de contas, no entanto, se não houver o entender da Assembleia, aprovar a proposta, iniciaremos o processo de concurso público sem quaisquer constrangimentos, tal como foi feito nos anos anteriores a dois mil e vinte." -----

Presidente da Assembleia: "A questão não está em manter esta empresa e ser esta empresa capaz e cabal e poder fazer o serviço que está em causa. No que diz respeito aos ajustes diretos e aos procedimentos por convite, há um limite de três anos, isso pode implicar estarmos a ultrapassar esse prazo de três anos. Não está em causa, até porque desconhecemos a empresa, não temos absolutamente nada a favor ou contra a empresa, não queremos, e eu falo por mim, sermos mais tarde notificados pelo Tribunal de Contas para pagar uma multa, porque estamos a votar ou a deliberar uma irregularidade e, por isso, propunha, que ela voltasse e se na verdade vier devidamente fundamentada, não temos qualquer problema em votar. " -----

Presidente da Câmara: "Posso só acrescentar que estou inteiramente de acordo, no entanto deve estar perfeitamente justificada toda esta situação porque há essa questão que apresentaram aqui, com a questão dos sócios serem os mesmos de uma



outra empresa, enfim, que isso pode trazer alguns constrangimentos, algumas entropias aqui ao processo. Caso depois isso não se verifique, pois, como o vereador Ricardo disse não tem qualquer problema em abrir um concurso público, demora é muito mais tempo. Mas estou inteiramente de acordo em retirar proposta, trazendo novamente no dia dezassete com a justificação, do facto de haver os mesmos, sócios de uma empresa diferente e se isso traz alguma entropia, algum constrangimento. Caso isso não venha a acontecer, faz-se uma abertura de um concurso público." -----

Presidente da Assembleia: "Sendo assim, por força e por vontade do senhor proponente, retira-se a proposta do ponto número sete."-----

O ponto foi retirado da ordem de trabalhos. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração da quota anual da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2023 em 0%;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Presidente da Assembleia: "Eu gostaria só de fazer aqui uma pequena ressalva, se me permitem que é verificarmos todos, nos próximos recibos das respetivas operadoras que este zero por cento conste e não seja cobrado qualquer outro valor. A faturação é feita em temos centrais e nacionais e os valores podem ser incluídos por não ter sido feita a distinção por concelhos de que deva ser zero por cento, mas verificar que essa mesma taxa de passagem não seja indevidamente cobrada aos consumidores." -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de lançamento de Derrama para o ano 2023 em 0% para todos os sujeitos passivos; ---

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, caríssimos munícipes aqui e em casa, realçar que isto é um esforço financeiro por parte do município, a par de todos os munícipes e que resulta naquilo que é o não sobrecarregar, com impostos das empresas do nosso concelho e se olharmos à volta aquilo que são as opções políticas têm sido diferentes, no sentido de taxar as empresas e o executivo de Albufeira decidiu e muito bem, na perspetiva da bancada do PSD/CDS não o fazer e, portanto, queria aqui deixar isso vincado." -----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2022 em 0.3% para os prédios urbanos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "Não me vou repetir, mas tenho de referir, sendo que este imposto é o imposto mais abrangente e que efetivamente vai a mais munícipes, a mais casas, a mais habitações e a mais famílias e há que realmente realçar aquilo que é o esforço do executivo, façamos nós um termo de comparação à volta do nosso concelho, são poucos que têm esta taxa mínima." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos



Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Luna Silva: "A declaração de voto do partido Chega vota assim na determinação da taxa de Imposto Municipal sobre imóveis em zero ponto três por cento para os prédios urbanos, por ser a percentagem mais baixa na moldura contudo, não posso deixar de referir que nós defendemos a abolição deste imposto, senão vejamos, um cidadão quando compra um imóvel paga dois impostos, o imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e o imposto de selo, impostos, este calculados consoante o valor da compra do imóvel que na cidade de Albufeira alcançam valores elevados e estão acima da média da capacidade financeira da compra de um cidadão português. Já o IMI incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios situados no território português, constituindo uma receita dos municípios onde os mesmos se localizam e, apesar do código tributário conter um artigo sobre isenção relativa aos prédios de reduzido valor patrimonial pertencente a famílias de baixos rendimentos e ainda a possibilidade de um proprietário pagar o IMI em prestações mensais consoante o seu valor, a verdade é que o IMI é um imposto anual e que pesa na carteira dos cidadãos, pelo que consideramos o mesmo um imposto injustificado pois nenhum cidadão, deve pagar todos os anos um imposto sobre uma casa que adquiriu."-----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de Participação Variável no IRS para o ano 2023 de 0%; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Bom, tenho de congratular com a mudança de pensamento fiscal do executivo, porque há um ano atrás estávamos aqui a debater uma possibilidade de aumento de impostos e pelo facto da oposição se ter oposto essa situação não aconteceu e ainda bem para todos e penso que veio provar, a conjuntura que era possível gerir o município e temos as festas que comprovam isso sem o aumento de impostos. Por outro lado, só um pequeno comentário, constou que houve uma nota oficial a dizer que a câmara, o executivo este ano ia baixar os impostos, eu pergunto



onde é que os impostos baixaram, porque parece que estes valores já o ano passado estiveram em vigor." -----

Carla Vieira: "Efetivamente aproveitamos este último ponto, porque agora sim, é que me parece que é altura e o momento certo por falar, da questão de impostos e de taxas a aplicar aos municípios. Efetivamente, Albufeira Prometida aproveita para referir que o executivo teve efetivamente bom senso de manter as taxas em zero e face aos acontecimentos ocorridos no ano dois mil e vinte e um, portanto, que seria a pretensão de aplicar um aumento de impostos a ocorrer no ano dois mil e vinte e dois efetivamente à data foram retiradas, porque a oposição assim o impôs. Efetivamente este bom senso impera, uma vez que prevemos que o cenário futuro possa vir a ser muito complexo quer para as famílias quer para as empresas. Depois a perspectiva de um ciclo muito difícil perspectiva-se efetivamente o ciclo muito difícil, quer a nível financeiro, quer a nível social e, por isso, efetivamente e de louvar."-----

Carlos Quintino: "São quatro impostos a zero, há que realçar não só o bom senso, mas também aquilo que é opção política do executivo. É uma opção política manter a zero, se depois passaria ou não esta assembleia e se e a outra questão, o que é certo é que aquilo que estamos a discutir é a zero por cento em todos os impostos a favor daquilo que é a carteira dos municípios e também em contraciclo àquilo que é uma conjuntura nacional e àquilo que é uma conjuntura internacional e, portanto, é efetivamente uma opção política e na perspectiva do PSD/CDS muito bem tomada e na altura certa."-----

Raul Ferreira: "O MIPA quer também dizer aqui que concorda com esta posição do executivo. Efetivamente, não foi fácil chegar a este entendimento, digo eu, houve aqui alguma resistência no início e eu lembro-me de orçamento passado, no entanto, acho que é positivo, porque todos estamos todos de acordo e parece, termos todos a mesma visão acerca do problema das receitas fiscais, portanto, eu também queria deixar aqui um alerta, se calhar, atendendo que as taxas estão estipuladas, e vão ser estipuladas em sede, convinha o município também arranjar outra fonte de receitas, nomeadamente com outro tipo de taxas que podem ser aplicadas. Se os serviços funcionarem de uma forma mais célere, também tomando uma especial atenção às cobranças coercivas que existem bastantes, se virem o documento que nos foi entregue, penso que foi do ponto três, existe muito mais de seiscentos mil euros de cobranças coercivas que o município pode cobrar e que vem de alguma forma aliviar o orçamento de todos nós." -----



Presidente da Câmara: "Bom, quando se chega a zero, menos que zero não há de certeza absoluta, mas eu acho isto interessante, eu convido-os a visitar todos os anos que estão antes do ano passado a ver se houve essa tendência de aumentar alguma coisa, se não estavam as taxas no mesmo ponto onde está, nomeadamente do ano anterior, é só visitar e se a memória não for curta a só ir lá ver. Porque quer dizer, somos mais papistas que o Papa, se atingimos aqui os zero por cento, que é raro município que tem zero por cento, se calhar no país não chega a uma centena porque se tivéssemos em zero vírgula quatro e depois zero vírgula três, podíamos assim reduzir os impostos, não estando não reduzimos mantivemos a mesma coisa. Os impostos mantiveram-se. Evidentemente, que isto é uma questão financeira, não estão aqui feitas as contas de tudo aquilo que o facto de ter o IMI a zero vírgula, quatro, o facto cobrar direitos de passagem, facto, cobrar alguma derrama o facto cobrar três por cento de IRS a mais hoje, aos municípios, certamente isto daria uns milhões, não era os seiscentos mil. E seiscentos mil não estou a dizer que não é dinheiro, obviamente que é e é sempre bem-vindo qualquer que ele seja, nem que seja dez mil, mas isto são milhões que estão aqui, portanto, as pessoas não estão muito bem ver às vezes aquilo que é o efeito multiplicador, tendo em conta o número de pessoas que temos a pagar IMI ou o número de pessoas que temos a pagar IRS ou derrama ou por aí fora."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Helena Simões. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO TREZE



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Empreitada de ampliação da rede de abastecimento de água no concelho de Albufeira, com o preço base de 177.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva, -----

Ausências: uma (01) Helena Simões. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO CATORZE

Tomada de conhecimento dos apoios concedidos à Junta de Freguesia de Paderne e à Junta de Freguesia da Guia; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "A questão que coloco antes de passar às intervenções, é a razão pela qual não aparece nem a junta de freguesia de Albufeira e Olhos de Água nem a freguesia de Ferreiras. Não sei se o Senhor Presidente poderá dar esse esclarecimento." -----

Presidente da Câmara: "Certamente neste período não houve esses apoios que falam aqui neste caso. Os serviços da parte da gestão da ata da reunião de câmara que faz



esta esta triagem daquilo que é necessário depois vir aqui, portanto, penso eu, posso registar porquê, mas penso que é porque não houve." -----
 Foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação da Proposta para "constituição de uma comissão concelhia para as comemorações dos 50 anos do 25 de abril de 1974", apresentada pela bancada do PS; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Antes de ler os considerandos e penso que toda a gente deve ter lido documento que foi enviado atempadamente, só uma situação que não está aqui, mas que, de algum modo a escolha por esta altura tem a ver também muito com o início do ano letivo, ou seja, para que as escolas possam, a partir de agora, se for aprovada, obviamente, integrar eventualmente estas atividades no seu plano de atividades e que agora começam a elaborar e aprovar."-----

Domingos Coelho leu proposta. (Doc. n.º __ anexo a esta ata) -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: oito (08) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Dário Pereira, Carlos Vieira, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, -----

Ausências: uma (01) Helena Simões. -----

Votos a favor: dezasseis (16) Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Leonardo Paço, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Presidente da Assembleia: "Antes de terminar gostaria de agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e à Câmara Municipal pela aquisição do equipamento que vai transformar o áudio em word e permitir às nossas funcionárias da Assembleia



Municipal, terem uma vida mais calma e que as Assembleias Municipais e as respetivas atas sejam transcritas com maior facilidade e maior rapidez." -----
Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:50 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 26 de setembro de 2022 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

Doc. n.º 1

Doc. n.º 2

